

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos os Documentos de Prestação de Contas do Município de Lagoa - Açores, os quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 55.077.885 Euros e um total de fundos próprios de 38.088.303 Euros incluindo um resultado líquido de 365.014 Euros), a Demonstração de Resultados por natureza e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 13.490.717 Euros de despesa paga e um total de 13.687.670 Euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Executivo do Município a preparação dos documentos de prestação de contas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município de Lagoa, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daqueles documentos.

ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 6 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se os documentos de prestação de contas estão isentos de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes dos documentos de prestação de contas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Executivo do Município;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação dos documentos de prestação de contas.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
PORTO

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO • PORTUGAL
Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

SROC n.º 52 • Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 4.738 • Capital Social: 27.500 euros • Contribuinte N.º 502 152 567

RESERVA

6. Devido a ineficiências do sistema informático, não se encontram integralmente cumpridos os registos exigidos pelo Decreto-Lei Nº 54-A/99 – POCAL, designadamente quanto à contabilidade de custos, apuramento do custo das existências consumidas e cálculo das amortizações do exercício.

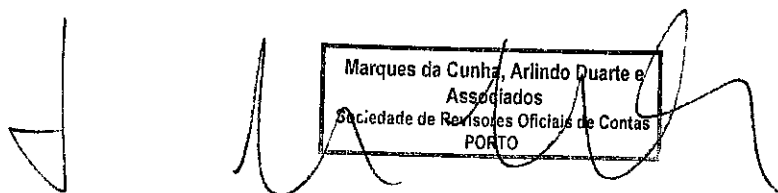
OPINIÃO

7. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº 6, o Balanço, Demonstração de Resultados e Mapas de Execução Orçamental, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Município de Lagoa - Açores em 31 de Dezembro de 2011 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 11 de Abril de 2012



Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, SROC, Lda. – SROC No. 52
representada por
Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, ROC No. 859